

**LEI Nº 2.723 DE 08 DE MAIO DE 2006.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ANISTIA-  
R OS CONTRIBUINTES MUNICIPAIS DE ALEGRE  
DOS ENCARGOS DE MULTA E JUROS  
REFERENTES A DÍVIDA ATIVA PELO NÃO  
RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E  
TERRITORIAL URBANO IPTU, E O IMPOSTO  
SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA  
—ISSQN/TLLF, ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE  
2006.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**~~Art. 1º~~** Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado anistiar, até a data de 31 de maio de 2006, os contribuintes municipais de Alegre dos encargos de multa e juros referentes aos débitos inscritos em Dívida Ativa, pelo não recolhimento do Imposto Territorial e Urbano IPTU e do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ISSQN/TLLF.

**~~§ 1º~~** A anistia a que se refere o caput deste artigo só será possível para quitação do débito em parcela única até 31 de maio de 2006.

**~~§ 2º~~** A anistia autorizada no caput não trará prejuízo às execuções fiscais em curso.

**~~§ 3º~~** A anistia a que se refere o caput deste artigo, autoriza a Municipalidade a estornar os parcelamentos calculados com multa e juros, e anistiá-los com relação às parcelas vincendas, para pagamento em cota única, abrangendo todos os anos pactuados.

**~~Art. 2º~~** Os créditos pertencentes a terceiros não poderão ser utilizados para a compensação de que trata esta Lei.

**~~Art. 3º~~** Esta Lei vigor na data de sua publicação, vigendo até 31 de maio de 2006.

**~~Art. 4º~~** Revogam-se as disposições em contrário.

Alegre (ES), 08 de maio de 2006.

**~~DJALMA DA SILVA SANTOS~~**  
**~~— Prefeito Municipal~~**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.